

## Conclusão

Klee dizia que a pintura não restitui o visível, torna-o visível, e Matisse nunca pintava as coisas mas a relação entre as coisas, dizia ele. Um e outro, tudo somado, definem, quanto a mim, aquilo que eu posso chamar o limite sublime da literatura. Ela não pretende restituir a verdade da história ou dos sentimentos, não é essa a sua preocupação. Pretende, sim, torná-las credíveis ou coerentes, descrevendo-os pelas relações de conflito que os unificam.

Cardoso Pires

Em um breve e pontual ensaio sobre a Literatura, Tzvetan Todorov nos apresenta o desenvolvimento e a evolução dos estudos literários buscando entender o como e o porquê de hoje tais estudos apontarem para um entendimento da literatura como algo “ascético”, que não privilegia a relação cognitiva que a leitura estabelece entre o leitor e o mundo.<sup>307</sup> Ao historiar o nascimento da estética moderna, Todorov elenca as muitas funções já atribuídas à literatura – desde a imitação, a instrução e a contemplação do belo até ao entendimento de que este mesmo belo é fruto da produção humana, da distinção entre o artesão e o artista e da idéia subjacente de que o artista e a arte estão acima do mundo (autonomia da arte), chegando às rupturas revolucionárias das vanguardas do início do século XX, ao surgimento do realismo socialista e aos impactos das muitas guerras vividas neste mesmo século. Após o término de seu breviário, Todorov evoca a seguinte provocação: o que pode a Literatura? E ele mesmo responde:

Hoje, se me pergunto por que amo a literatura, a resposta que me vem espontaneamente à cabeça é: porque ela me ajuda a viver. (...) A literatura amplia o nosso universo, incita-nos a

---

<sup>307</sup> Tzvetan Todorov, *A Literatura em perigo*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

imaginar outras maneiras de concebê-lo e organizá-lo.<sup>308</sup>

Vimos como o diagnóstico elaborado por Cardoso Pires, de que a ditadura salazarista produziu uma espécie de incomunicabilidade dos escritores portugueses com seu tempo histórico, causador do que chamou de o “remorso do tempo”, foi compartilhado (e, sobretudo, vivenciado) por seus pares. Foi neste sentido que os agrupamos em torno da questão da incomodidade. Mas Cardoso Pires e também os escritores de sua geração, apostaram na dupla vocação da Literatura, a de ser ao mesmo tempo, uma resposta aos tempos de violência, mas também uma forma de relacionar-se com o mundo.

Ricardo Piglia, em seu livro *O Último Leitor* afirma:

A literatura faz isso: dá ao leitor um nome e uma história, retira-o da prática múltipla e anônima, torna-o visível num contexto preciso, faz com que passe a ser parte integrante de uma narração específica.<sup>309</sup>

Esta definição de Piglia ganha contornos mais densos quando pensamos nos contextos ditatoriais, onde há um esforço em calar a multiplicidade de vozes e pontos de vistas, no intuito ostensivo de garantir uma hegemonia discursiva própria aos Estados Totalitários. Negar a palavra aos “inimigos da ordem”, torna-se o *modus-operandi* dos regimes de exceção. Neste contexto, a literatura vai atuar nas brechas deste discurso hegemônico, buscando vocalizar vozes dissonantes.

Voltemos a Todorov:

Ao dar forma a um objeto, um acontecimento ou um caráter, o escritor não faz a imposição de uma tese, mas incita o leitor a formulá-la: em vez de impor, ele propõe,

<sup>308</sup> Tzvetan Todorov, *A Literatura em perigo*. Rio de Janeiro: Difel, 2009. p, 23

<sup>309</sup> Ricardo Piglia, *O Último Lector*, p,

deixando, portanto, seu leitor livre ao mesmo tempo em que (o) incita a se tornar mais ativo.”<sup>310</sup>

Esta citação de Todorov sustenta-se a partir da idéia subjacente a Literatura de criação mundos possíveis, da possibilidade contida na estrutura ficcional de conformar um mundo onde não há uma distinção clara e palpável entre o verdadeiro e o falso, entre o que é certo e o que é errado. É, pois, da liberdade que a literatura se alimenta e também é liberdade que se quer produzir com ela.

Zigmunt Bauman, em uma entrevista concedida a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, e publicada na revista **Tempo Social**, nos chama a atenção para aquilo que só a literatura pode ensinar. Relembrando seu período de formação na Polônia, Bauman tece alguns comentários interessantes sobre seus primeiros anos de aprendizado da profissão, principalmente no que diz respeito as suas leituras. Mas nos interessa recortar aqui, a seguinte afirmação:

Ao contrário dos acadêmicos, portanto, os romancistas podem, aberta e sem a menor vergonha, recorrer a estratégias que os primeiros desconsiderariam arrogantemente como "meras intuições", "puras suposições" ou mesmo "construções da imaginação". É por agirem assim que eles podem abrir novas possibilidades interpretativas que os profissionais de *bona fide* dificilmente iriam suspeitar ou mesmo notar. Mas, acima de tudo, a maior vantagem da narrativa dos romancistas é que ela se aproxima mais da experiência humana do que a maioria dos trabalhos e relatórios das ciências sociais. Elas são capazes de reproduzir a não-determinação, a não-finalidade, a ambivalência obstinada e insidiosa da experiência humana e a ambigüidade de seu significado — todas características muito marcantes do modo de o ser humano estar no

---

<sup>310</sup> Tzvetan Todorov, op.cit, p.78

... mundo, mas que a ciência social se inclina a ver como "impressões falsas", originárias da ignorância ou do conhecimento insuficiente.<sup>311</sup>

Cardoso Pires parece concordar com esta definição quando destaca, em seu texto “Conversações com o homem a propósito dos outros”, a crítica que Elio Vittorini faz sobre a estrutura autoritária de algumas literaturas, apostando, ao contrário na eficácia da literatura como projeto, onde,

o leitor já não recebe o texto como se fosse uma bíblia ou então sente-se marginalizado. Sente consumido pelo autor. Em vez disso prefere recebê-lo como um projecto. Exacto, um projecto onde ele, no papel de leitor, é convocado a criar a sua idéia unitária do que leu. Correcto?<sup>312</sup>

José Cardoso Pires, como vimos, dedicou grande parte de sua vida à escrita, jamais separando o ofício do escritor da prática da cidadania, daí auto-intitular-se cidadão-escritor.<sup>313</sup> Este epíteto funciona também como um *modus operandi* de sua escrita. Para o autor, criador de textos ficcionais, mas que também atuou como jornalista, cronista e autor de textos de intervenção – o foco de sua obra foi sempre, como vimos, a busca incansável pela produção de

<sup>311</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Entrevista com Zigmunt Bauman. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 16, n. 1, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-2702004000100015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-2702004000100015&lng=pt&nrm=iso)>.

Acesso em: 11 Jul 2008. doi: 10.1590/S0103-20702004000100015

<sup>312</sup> Elio Vittorini apud José Cardoso Pires, “Conversações com o homem a propósito dos outros”, In: *E agora, José?* p, 58

<sup>313</sup> Quanto ao epíteto de cidadão-escritor, Cardoso Pires o utiliza num texto sobre Literatura e Revolução dos Cravos, “Nós, isto é, os escritores. Mais propriamente: os cidadãos-escritores – porque é isso que agora somos, finalmente.” José Cardoso Pires, op. cit, p.227

Ao longo de toda a sua carreira, Cardoso Pires teve uma preocupação muito grande com a coerência de suas idéias. Temos inúmeros exemplos desta conduta, mas para ilustrar o que digo basta lembrar do discurso proferido quando da promulgação da lei de imprensa de 1971, intitulado “Atento, Venerador e Obrigado”, e incluído no livro *E Agora, José?*. Nele lemos: “.o declarante remeteu-se, com o preço das inevitáveis segregações, à condição de cidadão à margem, que é aquela para que certos Estados impelem o escritor que crê na independência do espírito. Assim, jamais concorreu a qualquer iniciativa oficial ou para-oficial (...) e tão-pouco solicitou, mas antes recusou, o apoio de instituições formalmente independentes que nalguns sectores praticam uma política comprometida com as directrizes culturais do Governo, como é o caso, entre outros, das Bibliotecas Móveis da Fundação Calouste Gulbenkian.” José Cardoso Pires, *E Agora, José?*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, p.19

liberdade.<sup>314</sup> É nesse sentido que nosso autor afirmou que cada escritor deve possuir uma caligrafia moral<sup>315</sup>, uma maneira própria de fazer uso desta arte, sempre levando em conta, as necessidades de seu tempo histórico. No seu caso específico, vimos como a sua escrita necessariamente dialoga, participa do debate ativo de seu país, daí a sua definição do escritor como sendo aquele cidadão que exerce, na sociedade, uma função de interesse coletivo - a de “testemunhar e alertar para o futuro qualquer que seja a perfeição do sistema”,<sup>316</sup>.

---

<sup>314</sup> José Cardoso Pires, *E Agora, José?*, p.230

<sup>315</sup> Cardoso Pires emprega esta expressão num texto intitulado “Conversações com o homem a propósito dos outros”, quando está a discorrer sobre o escritor italiano Elio Vittorini.

<sup>316</sup> José Cardoso Pires, *E Agora, José?*, p. 20.